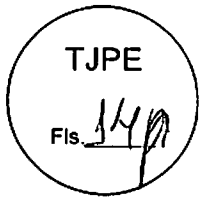




Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



068

2ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 175346-4/01

RELATOR: DES. CÂNDIDO J. F. SARAIVA DE MORAES

EMBARGANTE: BANCO DO BRASIL S/A

EMBARGADA: MARGARIDA LÚCIA DOMINGOS DE VASCONCELOS

**EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA DAS OMISSÕES SUSCITADAS. DECLARATÓRIOS REJEITADOS.**

caixa  
5501

-Imprescindível a ocorrência de omissão, contradição ou obscuridade na decisão embargada para provimento dos aclaratórios;

-Não configurada qualquer das hipóteses previstas nos incisos I e II do artigo 535, e inexistindo controvérsia a ser objeto de prequestionamento - visando a parte à rediscussão da matéria analisada - os embargos devem ser rejeitados.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima nominadas, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário em **REJEITAR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, de conformidade com o Termo do Julgamento e o voto do Relator que, devidamente revisto e rubricado, passa a integrar este julgado.

Recife, 27/09/00

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes  
Relator

1



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*

TJPE  
Fls. 158

2ª CÂMARA CÍVEL

069

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 175346-4/01

RELATOR: DES. CÂNDIDO J. F. SARAIVA DE MORAES

EMBARGANTE: BANCO DO BRASIL S/A

EMBARGADA: MARGARIDA LÚCIA DOMINGOS DE VASCONCELOS

R E L A T Ó R I O

Trata-se de recurso para aclarar acórdão que desproveu apelação (fls. 173/184), mantendo a sentença que condenou o réu ao pagamento de indenização a título de dano moral, no importe de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescidos de juros legais e correção monetária a partir da data do fato lesivo, bem como ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, arbitrados em 20% sobre o valor da condenação.

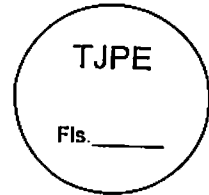
Segundo o Embargante, esta C. Câmara "manteve-se omissa em relação à incidência da correção monetária e dos juros de mora". (fls. 02)

Contesta, neste eito, a determinação do magistrado para que ambos incidam a partir da data do fato lesivo, requerendo, outrossim, que a aplicação dos juros de mora ocorram a partir da data da citação válida e, no tocante à correção monetária, a partir da fixação do valor definitivo da indenização, indicada como sendo a data da prolação do acórdão publicado por este Colegiado.

C



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



070

Dessarte, pugna pelo acolhimento dos Embargos.

(fls.02/06)

É o relatório.

Dispensado de inclusão em pauta nos termos do art.  
85, "d", do Regimento Interno do TJPE<sup>1</sup>.

Recife,

*27/06/06*

*Candido J F Saraiva de Moraes*

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator

<sup>1</sup> RITJPE: "Art. 85. Independem de inclusão em pauta para julgamento: d) os embargos de declaração;" (g.n.).



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



2ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 175346-4/01

RELATOR: DES. CÂNDIDO J. F. SARAIVA DE MORAES

EMBARGANTE: BANCO DO BRASIL S/A

EMBARGADA: MARGARIDA LÚCIA DOMINGOS DE VASCONCELOS

V O T O

Para se configurar omissão, exige-se a falta de pronunciamento judicial sobre questão fática ou jurídica oportunamente suscitada pela parte.

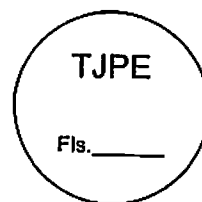
Destarte, se a matéria foi apreciada pelo Julgador, mesmo sem menção expressa a todos os dispositivos legais apontados pela parte, há de se considerar resolvida a contenda, sendo incabível o recurso aclaratório.

Ora, no caso em discepção, a matéria articulada pelo Recorrente foi contemplada no acórdão embargado, haja vista o mesmo haver negado provimento ao apelo, determinando a manutenção da sentença em todos os seus termos, abarcando, portanto, a incidência de juros de mora e correção monetária sobre o valor da indenização, matéria dos presentes embargos.

Desta forma, percebe-se ter sido analisada a questão, sendo desnecessária menção pontual ao tema objeto do presente embargo, mesmo porque não haviam sido discutidos em Apelação, circunstância que, por si só, implica na preclusão da matéria.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



042

Isto posto, inocorrendo omissão, contradição, obscuridade ou erro no acórdão, nem havendo necessidade de manifestação explícita sobre os dispositivos legais suscitados,  
**REJEITO OS PRESENTES EMBARGOS.**

É como voto.

Recife, 27/01/00

*C. J. Saraiva de Moraes*

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator